

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da
Informação e Documentação (FACE)
Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID)
Curso de Graduação em Biblioteconomia (Bacharelado)

Iuri Daudt Rodrigues

Questões éticas e políticas
sobre o acesso à informação:
o exemplo da Parada Cultural

Brasília

2009

Iuri Daudt Rodrigues

Questões éticas e políticas
sobre o acesso à informação:
o exemplo da Parada Cultural

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciência da
Informação e Documentação (CID) da
Universidade de Brasília (UnB), Como
requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Professor Tarcisio Zandonade

Brasília

2009

**Título: Questões éticas e políticas sobre o acesso à informação:
o exemplo da Parada Cultural**

Número de chamada

Autor principal

Entradas secundárias/Autor

Título principal

Rodrigues, Iuri Daudt

Zandonade, Tarcisio, Orientador

Questões éticas e políticas sobre o acesso à
informação: o exemplo da Parada Cultural.

Publicação

2009

Descrição física

52 f.

Notas

Orientação: Tarcisio Zandonade

Monografia (Bacharelado) – Universidade de
Brasília, Departamento de Ciência da Informação e
Documentação, 2009.

Inclui bibliografia

Notas de resumo

O presente estudo de caso analisa como a ética e a política, no caso específico da “Parada Cultural”, incidem sobre o acesso à informação. Verifica-se hoje uma cisão entre o público e o privado. A célula social das decisões valorativas situa-se no indivíduo, sendo o *etos* coletivo constituído a partir dele. O exercício ético oscila entre responsabilidade e liberdade. Já a política se verifica quando o ato humano afeta o todo social. Política está relacionada a poder. Política também pode ser a capacidade de influenciar as pessoas. Em outra abordagem, política pode ser feita dos atos de Estado ou de governo, atos de poder. A Ciência Política pode ser Ciência do Estado ou Ciência do Poder. Quanto à biblioteconomia, ela prima por ser interdisciplinar e por envolver a informação. O bibliotecário exerce papel-chave na era da informação. Por isso, deve estar sempre desperto com relação à influência que exerce, e deve sempre manter estreita relação com sua comunidade. Neste contexto, o bibliotecário tem dois campos de atuação: o acervo e o usuário. No caso específico do T-Bone, concilia-se a tarefa cultural com a de vender carne. Seu proprietário montou um projeto bem sucedido, em face do que almejava, apesar de muitas falhas técnicas. A política do T-Bone na Parada Cultural foi suficiente no início, mas carece de continuidade. Por isso, precisa de novas alternativas de mobilização, tendo em vista, por enquanto, apenas o Estado como parceiro. Como perspectiva de futuro, a meta constitui-se em unir teoria e prática. Similarmente, é ir da ética à política.

Assuntos

Ética do bibliotecário

Política da biblioteconomia

Resumo – O presente estudo de caso analisa como a ética e a política, no caso específico da “Parada Cultural”, incidem sobre o acesso à informação. Verifica-se hoje uma cisão entre o público e o privado. O exercício ético distancia-se do exercício político. A célula social das decisões valorativas situa-se no indivíduo, sendo o *etos* coletivo constituído a partir dele. Diante da homeostase social, o indivíduo age eticamente de forma independente, autônoma. O exercício ético oscila entre responsabilidade e liberdade. A ética, como boa práxis, só existe efetivamente quando reproduzida historicamente. Já a política se verifica quando o ato humano afeta o todo social ou uma maioria. Seu exercício é complexo, polivalente, interdisciplinar e transcendente. Política está relacionada a poder, mensurável somente quando se manifesta. Política também pode ser a capacidade de influenciar as pessoas, tendo sempre um interesse e operando sempre através de uma decisão. Em outra abordagem, política pode se constituir dos atos de Estado ou de governo, atos de poder, de influência ou autoridade, de “decision making” ou de resolução não-violenta de conflitos. A Ciência Política pode ser Ciência do Estado ou Ciência do Poder. Há três tipos de dominação legítima: legal, tradicional e carismática. A política tem de ser permeável. Quanto à biblioteconomia, ela prima por ser interdisciplinar e por envolver a informação. O bibliotecário exerce papel-chave na era da informação. Por isso, deve estar sempre desperto com relação à influência que exerce, e deve sempre manter estreita relação com sua comunidade. Neste contexto, o bibliotecário tem dois campos de atuação: o acervo e o usuário. No acervo, são temas: a automação, a seleção e triagem, a ontologia e a etimologia. Com relação ao usuário, são temas: a relação antropológica com sua comunidade e o aspecto pedagógico do bibliotecário como filtro. A preocupação de Ortega y Gasset com a produção de livros procede, pois essa produção se dará de qualquer forma, com o bibliotecário ou sem ele. No caso específico do T-Bone, concilia-se a tarefa cultural com a de vender carne. Seu proprietário montou um projeto bem sucedido, em face do almejava, apesar de muitas falhas técnicas. A política do T-Bone na Parada Cultural foi suficiente no início, mas carece de continuidade. Por isso, precisa de novas alternativas de mobilização, tendo em vista, por enquanto, apenas o Estado como parceiro. Como perspectiva de futuro, a meta constitui-se em unir teoria e prática. Similarmente, é ir da ética à política.

PALAVRAS-CHAVE – Ética, Política, Acesso à informação, Biblioteconomia, Parada Cultural, T-Bone

Abstract – This case study evaluates how ethics and politics belong to information access in the project “Parada Cultural” (Cultural Bus Stop). Nowadays a gap is noticed between the public and private sector. The ethical exercise is practiced away from the political arena. The social cell of value decisions is set in the individual person, and the collective ethos is built up from her. In the presence of social homeostasis, the individual person acts ethically in an independent autonomous manner. The ethical exercise oscillates between responsibility and freedom. Ethics – as good praxis – is found only effectively when historically replicated. On the other hand, politics is seen as long as human action influences the social whole or even the majority. Its exercise is complex, multivariate, interdisciplinary and transcendent. Politics relates to power, and power can only be measured when it manifests itself. Politics also can be the ability to influence people, always having an interest and always through a decision. In a different approach, politics can be made up of State or government action, of acts of power, acts of influence or authority, decision making acts or acts of non-violent conflicts resolution. Political Science can be the Science of State or Science of Power. There are three types of rightful domination: legal, traditional and charismatic. Politics has to be permeable. As for librarianship, it excels by being interdisciplinary and engaged with information. The librarian exerts a key role in the information age. Therefore, he has to be permanently awake and in connection with the influence she exerts and she has always to maintain a close relation with her community. The librarian has two fields of action: the library collection and the user. As for the collection, the topics are: automation, selection and weeding, ontology and etymology. As for the user, the topics are: the anthropological relation with her community and the pedagogical aspect of the librarian as a filter. Ortega y Gasset’s concern for the production of books is relevant, since it will happen anyway, with or without the librarian. T-Bone unites a cultural task and the task of selling meat. Its owner created a successful project in face of the original design, in spite of technical shortcomings. The politics of T-Bone with the “Parada Cultural” had an adequate beginning, but it needs current maintenance. Therefore, this needs new mobilizing alternatives, the State being the only present one. As a future perspective, the goal is to unite theory and practice. Similarly, this is going from ethics to politics.

KEYWORDS – Ethics, Politics, Access to information, Librarianship, Parada Cultural, T-Bone

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 01 |
| Ética..... | 05 |
| 1. A condição ética do indivíduo na sociedade..... | 05 |
| 2. A ética e sua prática..... | 06 |
| 3. Como ocorre a ética..... | 06 |
| 4. A ética e a sociedade..... | 07 |
| 5. Ética e liberdade..... | 08 |
| 5.1. Lei e regulamento..... | 09 |
| 5.2. Escolha..... | 10 |
| 6. Ethos, práxis, herança e indivíduo na polis..... | 13 |
| 7. Mecânica da ética..... | 13 |
| Política..... | 15 |
| 1. Considerações iniciais..... | 15 |
| 2. Situar histórico..... | 15 |
| 3. Outras considerações..... | 16 |
| 4. João Ubaldo Ribeiro..... | 16 |
| 5. Schmitter..... | 18 |
| 5.1. Estado ou governo..... | 18 |
| 5.2. Poder, influência e autoridade..... | 18 |
| 5.3. <i>Decision Making</i> | 19 |
| 5.4. Resolução não-violenta de conflitos..... | 19 |
| 6. Duverger..... | 20 |
| 6.1. Ciência do Estado e Ciência do Poder..... | 21 |
| 7. Max Weber..... | 22 |
| 7.1. Dominação legal..... | 22 |
| 7.2. Dominação tradicional..... | 23 |
| 7.3. Dominação carismática..... | 23 |
| 8. Permeabilidade..... | 24 |
| 9. Conclusões..... | 24 |

| | |
|--|----|
| Ética do Bibliotecário..... | 26 |
| 1. A biblioteconomia..... | 26 |
| 2. O bibliotecário..... | 27 |
| 2.1. Dilemas e cuidados..... | 27 |
| 3. Campos de atuação..... | 28 |
| 3.1. Acervo..... | 29 |
| 3.1.1. Automação..... | 29 |
| 3.1.2. Seleção e triagem..... | 31 |
| 3.1.3. Ontologia..... | 32 |
| 3.1.4. Etimologia..... | 33 |
| 3.2. Usuário..... | 33 |
| 3.2.1. Grupos..... | 33 |
| 3.2.2. Aspecto pedagógico..... | 34 |
| 4. Ortega y Gasset..... | 35 |
| A política do T-Bone..... | 37 |
| 1. Entrevista com Luiz Amorim, dono do T-Bone..... | 37 |
| 2. Situando o T-Bone no contexto..... | 41 |
| 3. A política do T-Bone..... | 41 |
| 4. As perspectivas de futuro..... | 42 |
| Conclusão..... | 43 |
| Referências bibliográficas..... | 45 |

Introdução

A idéia propulsora deste trabalho foi a de investigar como, a partir de uma intenção, se chega à prática. Não apenas isso, mas, como, na biblioteconomia, se plasam as bibliotecas e os centros de informação em si e com quais conformações.

Uma idéia, eu digo não a presente, mas uma intenção qualquer, surge a todo momento. O que define se ela será ou não viável não será necessariamente sua qualidade, temos boas idéias que nunca se concretizam. Não será, igualmente, um conjunto relativamente grande de idéias que as tornarão possíveis. Um exemplo disso é a enormidade de conceitos e projetos sobre os mesmos temas e assuntos que caracterizam nosso “academicismo”, e que distanciam os autores de idéias da respectiva *prática*, atributo que, inicialmente, eu verificava como meta simbólica a ser alcançada para que alguém viesse a ter *sucesso*.

A intenção é imanente ao processo cognitivo, sendo consequência natural dele. Como intenção, temos as diversas manifestações de nossos desejos, sejam eles intelectuais, estéticos, etc, e a partir delas temos as nossas expectativas e medos. Isso quer dizer que estamos envolvidos moralmente com nossas idéias e que, uma vez formuladas, elas tomam espaço em nosso universo simbólico, nos dirigindo e nos cerceando enquanto tal. Por isso a importância de concretizá-las e de “fechar” o *gestalt*, dando seguimento ao ciclo humanamente constituído por pensamento e ação, que não podemos escapar.

Quanto à prática. Para se chegar à prática não há fórmulas. Cada resultado contém seu próprio caminho. O que se tem que ressaltar é a importância da relação entre os aspectos intrínsecos do processo formativo da ação. Como o tempo(*time*) interage com o espaço, utilizando-se os recursos disponíveis, e assim por diante.

A prática resulta efetivamente no lado visível, palpável, da relação do ser humano com o mundo. Vemos os resultados da nossa (possível) evolução através dos

atos que praticamos, das coisas que “construímos”. É, portanto, a prática que realmente importa quando queremos saber se nossas aspirações estão bem encaminhadas.

Prática vêm de *Práxis*, termo grego que se opõe a *Téchne*. Enquanto o segundo termo grego é um definidor de um processo em que os fins almejados não têm correlação com os meios, o primeiro preconiza uma fidedignidade entre meios e fins, não se podendo separar uns de outros. Depreende-se daí que, ao menos etimologicamente, prática tem a ver com ação, mas ação coerente com valores. Valores esses que são construídos e mantidos pelo meio social em que o indivíduo está localizado.

Aqui temos a primeira dicotomia surgida do problema inicial. A diferenciação sociedade-indivíduo, tão presente nos dias de hoje. Na antiguidade não havia maior distinção entre um e outro. No Egito Antigo os afazeres começaram a se divorciar na figura dos *nomos*, unidades familiares com autoridade própria, mas a distinção era muito tênue. Um dos primeiros relatos teóricos que se tem notícia separando, ainda que minimamente, o público do privado vem de Aristóteles, que preconizava uma divisão das atividades citadinas em *políticas*, relacionadas à Pólis, de cunho público, portanto, e *econômicas*, relacionadas às casas, sendo de cunho privado. Mas a figura do indivíduo como conhecemos só veio surgir a partir do renascimento.

A dicotomia sociedade-indivíduo tem importância porque, se a intenção pode ser localizada individualmente, a prática é sempre coletiva, portanto social. Mas, como já foi dito acima, a intenção envolve comprometimento moral ou ético.

A monografia ficou estaque por algum tempo diante da dificuldade de se encontrar um objeto mais definido de elaboração teórica. A relação *intenção-prática*, além de não ter dimensões simbólicas relevantes, pelo menos na biblioteconomia, não ensejava ter muita literatura a respeito fora de um universo especificamente psicológico.

Depois de alguma leitura e muita reflexão, a solução para o problema. Primeiro, ficou clara a divisão hodierna entre o espaço do indivíduo (intenção) e do

coletivo ou do público (prática). Mas isso não bastava. Então, como consequência lógica, chegou-se à divisão entre uma atitude eticamente determinada (intenção) e uma ação politicamente orientada (prática). Essa concatenação lógica se deu diante dos fatos já mencionados do comprometimento ético da intenção e da construção social dos valores que embasam a prática.

A questão inicial acabada se tornou, então, como, a partir de um comportamento eticamente determinado, se chega a uma ação politicamente orientada. Assim foi posto um balizamento teórico, *ética-política*, possível de ser estudado, ou seja, com literatura de relevo a respeito na área, e conseqüente, isto é, passível de deixar marcas para estudos posteriores.

O trabalho se divide em quatro partes. A primeira discorre a respeito da postura e do ato éticos em si, tentando definir as suas dimensões e relações e colocando a singularidade de seu aspecto enquanto expressão do indivíduo. Essa primeira parte carrega sua importância por evidenciar as questões principais da formação valorativa de cada um, esclarecendo como a ética nasce, se desenvolve e se perpetua nos corpos humanos.

A segunda parte nos traz a questão da política, quais seus referenciais e suas correntes de pensamento. Neste documento, se faz a ponte com o público e o coletivo, deixando claro em quais situações isso ocorre. Para este estudo, a política toma formas diversas, sendo instituição e manifestação. Isso porque não poderíamos restringir tanto o termo a ponto de torná-lo irreconhecível do ponto de vista geral, por mais que interessasse ao nosso recorte.

A terceira parte se debruça sobre a biblioteca e a biblioteconomia em si, no seu aspecto ético. Aqui se tenta definir e entender como e quais são alguns dos principais valores atualmente em voga na área, almejando-se encontrar um esboço teórico que seja completo e que perpassasse por todo fazer bibliotecário de uma forma geral.

A quarta e última parte se trata de um exemplo de política na área da biblioteconomia: a Parada Cultural do T-Bone. Incluímos uma entrevista com o dono do Açougue (cultural T-Bone) e fechamos com algumas reflexões relevantes que nos permitam entrever, na prática, o que seria a nossa *prática*, questão inicial do projeto.

Desde já, agradeço a orientação do professor Tarcisio, que foi de muita valia, e as contribuições do meu pai, que tive em longas conversas noite a dentro nesses quatro meses de pesquisas. Agradeço também, pró-forma, o CID e a UnB, por me trazerem de volta à disciplina em estudo, há muito perdida.

Ética

1 A condição ética do indivíduo na sociedade

O que move as pessoas em seus atos cotidianos, quando se pensa uma suposta ordem social, que seja necessariamente includente, e que construa um tecido antropológico orgânico e *vivo*, visante um fim determinado? Certamente há, nos atos pessoais, algo que os regule. E essa regulação passa necessariamente pela formação, pelo indivíduo, de valores de diversos matizes e contornos. Valores esses que serão *validados* social e culturalmente, mas são construção e reduto do *indivíduo*, enquanto agente do meio sócio-cultural em que vive.

A sociedade faz o indivíduo, e o indivíduo faz a sociedade, eles são inescapavelmente ligados, mas, na elaboração da sociedade, o indivíduo toma decisões muitas vezes isolado, não fisicamente, embora possa ser este o caso, mas simbolicamente, moralmente. Ele tem que agir *segundo seus próprios princípios*. O que é isso? Como um ser intrinsecamente social age “isolado” dos outros? É o que mais acontece na nossa estranha modernidade. E a sociedade funciona! Tem lá seus defeitos mas...

A perspectiva do indivíduo se fazendo e fazendo a sociedade é uma imperativa e certa representação das vicissitudes que oprimem em nossas vidas cotidianas e em nossos pesares coletivos. O que é de se destacar, aí, é a questão da relação pessoa-comunidade. É um dilema especialmente moderno a separação do ser de seu ambiente social e é nesse contexto que deveremos colocar o aspecto da formação do arcabouço ético pessoal de cada um, sempre tendo em vista que ninguém é uma ilha e que, dentro do “isolamento” moderno existe uma trama de relações interpessoais que modelam e, literalmente, *materializam* os valores éticos.

É nesse contexto que se verifica uma condição atualmente verificável de cisão do universo privado e do universo público, no campo do discurso. Pode ser que essa cisão tenha sempre existido (o que explicaria em parte o fracasso das experiências de Platão em “realizar” sua *República*), e que só atualmente o discurso a tenha conseguido captar, através, talvez, de Marx e Maquiavel.

2 A ética e sua prática

O que é importante destacar é que a constituição dos valores continuam existindo, é claro, mas não se tenta, no discurso, aproximar tanto os valores *políticos* dos valores *éticos*. Na verdade, hoje, se vê um abismo maior entre os primeiros e os seguintes e é na tentativa de “casar” uns e outros, de fazer uma ponte criticamente razoável, de estabelecer um elo, que nos movemos e tentamos decifrar nossa sociedade.

A ética prima por uma disposição de comportamento tal que os atos e ações cotidianos se ajustem *organicamente*, que não haja um *revisonar* frequente com vistas a um melhoramento de conduta ou afins. É uma prática, na melhor acepção do termo, que contém sua própria valoração e seu próprio centro gnóstico.

A ética, para entendermos melhor, se situa no campo do imaginário, muitas vezes coletivo, mas *entronizado* caso a caso, pessoa a pessoa, numa gama de complexidade tal que ganha corpo nos caminhos e descaminhos de cada um, *ajustando* o passo nessa caminhada que é a vida. Com isso, vamos conquistando e construindo nosso espaço da maneira que melhor conseguirmos, aparando um pouco aqui, um pouco acolá, e vivendo.

3 Como ocorre a ética

A ética se produz de forma silenciosa, no campo subliminar, subconsciente, e só pode ser percebida através de suas manifestações, com o auxílio de uma observação desprendida que possa captar se ater nos aspectos globais dos contextos cotidianos.

A ética está na base dos movimentos, das ações, cotidianas, como um comando situacional livre, isto é, a pessoa que a realiza, a realiza de maneira independente do tecido social, embora inserida nele. Como isso ocorre? Pois bem! Ao tomar suas decisões, a pessoa pesa seus valores *individualmente*, deslocada socialmente, se preferirmos colocar desta forma, e, embora esteja em constante contato com a sociedade em que vive, é a si mesma que ela presta satisfações, só recorrendo à sociedade depois do ato concluído, para *indicar* aos seus pares como age, onde age e porque age, mas já tendo agido e arcado com as possíveis consequências.

O quantum ético se localiza na individualidade não por acaso. É o indivíduo a célula do tecido social que, em última análise, *decide*. É no indivíduo que se aloca o centro de

decisões moralmente relevantes para a sociedade. Decidindo, cada pessoa inserida no corpo social participa na construção do *ethos* coletivo, que será interpretado e elaborado caso a caso por cada um, para depois ser *praticado*.

4 A ética e a sociedade

A sociedade é um organismo *cego* que *age* segundo leis próprias, passando *por cima* dos indivíduos que a compõe. Ela pode ser comparada a um corpo humano ou vegetal, que tem na sua homeostase um mecanismo forte de *controle* de suas partes (no caso, os indivíduos). Essa *homeostase* social pode ser considerada como um componente essencial na formação do comportamento ético, uma vez que é a ética que controla o comportamento de cada um no tecido social. Contudo, é próprio da formulação ética uma condição, aparente ou não, de independência do indivíduo perante o todo. Essa é a questão principal.

A ética, ponto pacífico, é de cada um e, ao mesmo tempo, de todos. De todos porque os atos praticados por cada um reverberam no conjunto das pessoas que o cercam, alterando suas conformidades. É de cada um porque, obviamente, se constrói no seio pessoal de cada indivíduo, com suas ambivalências e idiossincrasias.

Essa colocação, de ser a ética ao mesmo tempo pessoal e coletiva, vem da observação empírica do fato de que o comportamento ético é *acionado* subjetivamente. Aí nos aproximamos de Kant, que pressupõe a ética como fundamento pessoal na construção de uma metafísica possível. Para ele, a fundamentação ética é de, para e consigo mesmo. Contudo, o comportamento ético pode ser auferido objetivamente. Em uma crítica de Hegel a Kant, surge o termo “eticidade”, significando “aquela esfera da sociedade em que a consciência moral já se concretizou, não na consciência solitária de um indivíduo que se atribui o direito de julgar sua comunidade, mas em normas, usos e instituições que dão, em cada caso concreto, soluções evidentes para os dilemas morais vividos por cada indivíduo, sem que ele precise sofrer dilaceramentos existenciais ou recorrer a procedimentos como o de julgar a partir de seu foro interno se determinada norma deve ou não ser considerada válida”(Novaes.1992,p,155).

5 Ética e liberdade

Cada pessoa decide, sobre diversos aspectos e sobre diversas coisas, baseando-se na sua realidade. Nessa, ou nessas, decisões, a pessoa *pende* entre extremos valorativos, e, nesse pêndulo, ela oscila entre a *responsabilidade* e a *liberdade*.

A questão da liberdade, só exposta agora, é de suma importância. Em que medida e até que ponto alguém é realmente “livre” para decidir sobre o que “deve” e o que “não deve”?

A *liberdade* é algo fugaz e ao mesmo tempo profundo. Em princípio, reza nossa tradição, a nossa liberdade acaba onde começa a do outro. Mas o que é isso? Essa máxima compreende implicações éticas muito importantes. É no contexto comunitário que se forma a conduta ética, como já vimos, embora, essencial, ela tenha um caráter precipuamente individual (é aí que entra a liberdade).

Pois bem! Quando decidimos “devo” ou “não devo”, estamos exercitando nossa liberdade. Porém, além de termos nosso pensamento condicionado socialmente, o que, já de início, condicionaria nossa *escolha*, construímos, com nossas relações, uma teia de responsabilidades, que vai desde o *toma lá, dá cá* a compromissos mais sofisticados, que exigem de nossa *consciência moral* uma atitude de *cessão*, que revela, indiscutivelmente, um caráter de maior desprendimento ético.

A liberdade é uma estranha senhora que nos traz um pote de ouro, nos oferece mundos e fundos, nos permite a visão do paraíso e, no momento seguinte, nos coloca um muro, uma interdição a tudo isso. É o *paradoxo da liberdade*. Cada um é livre até o momento que *escolhe*, renunciando todas as opções em detrimento de uma. Mas isso em si, embora já traga uma carga moral e ética, não é o ponto que queremos chegar, pois ainda não envolve o *outro*. A *responsabilidade social* é que é o ponto, e é construída necessariamente em todas as culturas humanas, sem escapatória.

De fato, existe uma relação liberdade-responsabilidade no seio das comunidades e das sociedades que não pode ser ignorada. Como ela se dá?

O indivíduo, de dentro de seu *quantum* pessoal pesa, avalia, mede e decide sobre o que fazer. De outro lado, temos a interdição social, construída para que todos possam medir,

avaliar, pesar e decidir sobre as coisas cocorrentemente, harmonicamente, isto é, existe a Lei, o regulamento.

O regulamento exerce, sobre o indivíduo, uma força coercitiva que atinge sua *práxis*, que, atingida, modifica-se.

Temos portando, na formação do qualificativo ético de um ente qualquer em uma comunidade, a *liberdade de escolha* e o *regulamento social* como extremos, tese e antítese sempre em vias de construção de uma síntese.

Mais tarde falaremos mais esmiuçadamente da questão da *escolha*. Partiremos agora para uma explanação breve do *regulamento social*.

5.1 Lei e regulamento

A regra social surge na comunidade como imperativo *práxico*, abarcando, tanto quanto possível, os membros *ativos* e *residentes* no seu seio. É como instância simbólica que ela se consolida, *comendo* as iniciativas lúdicas e espontâneas de cada pessoa participante sem, no entanto, *desconstruir* o *élan* individual, que pode ser considerado o motor primevo do *êxtase* coletivo, embasado pela nossa já citada *liberdade*.

O regulamento encontra sua razão de ser no aspecto harmônico do fazer coletivo, onde as pessoas, agindo concomitantemente, se *controlam*, não deixando haver excessos entre as partes.

É importante colocar que, no ato regulatório de uma comunidade, as partes comunicantes não estão “conscientes” do papel que exercem no que tange à própria regulação. Isso significa que o *ato regulatório* é *invisível* por parte dos indivíduos, não estando sujeito, portanto, às vicissitudes de ser atingido pelos atos *conscientes* de *escolha* deliberadamente tomados.

Outra coisa, a regulação é global, ou seja, o regular da sociedade é pelo todo e não pelas partes. Significando que o quesito “corpo” sobressai ao quesito “órgão”, ou o quesito “órgão” sobressai ao quesito “célula” social. Isto quer dizer que a regulação constrói uma lógica preponderantemente holística que se impõe e que referencia as lógicas individuais.

Por fim, o regulamento, a Lei, é formada pela consolidação da formação das éticas individuais sobrepostas. Como? O comportamento ético tende a se *cristalizar* na *práxis* de cada um. Com o sucesso de uma *atitude ética*, a tendência é a repetição da mesma pelo mesmo indivíduo e pela *imitação* dela por outros. Com a repetição, o *ato ético* perde alguns aspectos que o caracterizam e o *personalizam*, mas *endurece*, definindo-se como *boa práxis* (conceito este relacionado com a formação do *ethos*, tratado mais adiante). Esse *endurecimento* irá constituir a base do que irá ser chamado de Lei (ou regulamento).

5.2 Escolha

Vamos, agora, à questão da *escolha*.

A escolha é, entre a gama de possibilidades humanas, a mais intimamente relacionada à questão ética, estando configurada como primeiro passo na realização plena da humanidade em si, humanidade esta que qualifica o *homem* em sua busca pela excelência moral (*virtude*, nos dizeres de Aristóteles).

É no ato de escolha que definimos a dimensão de nossa *realidade*, de nosso *mundo*, realçando aspectos que preferimos e rejeitando outros que queremos ver *no escuro*. Quando decidimos por um caminho, descartando os outros, construímos, à nossa volta, uma *microrrealidade* que nos acompanha e que cresce à medida que crescemos em nossas decisões.

Escolher...

Uma das ações mais genuínas do ser humano, que carrega em si a glória ou a ruína e acontece, muitas vezes, em uma fração de segundos. É escolhendo que vencemos ou perdemos, que amamos, que odiamos, e que, num relance, morremos e, por todo o tempo possível, vivemos. Essa ação, a escolha, é o divisor de águas entre o *homem moral* e o *homem animal*, definindo, na medida do possível, a própria vida, enquanto fato consumado da realidade humana, em todas suas implicações sócio-culturais.

Aristóteles, na “Ética a Nicômaco”, dedica todo um capítulo (livro III) à questão da escolha do ser humano. Ele abre o capítulo dizendo: “A excelência moral (virtude) se relaciona com as emoções e ações, e somente as emoções e ações voluntárias são louvadas e censuradas, enquanto as involuntárias são perdoadas, e as vezes inspiram piedade; logo, a distinção entre o

voluntário e o involuntário parece necessária aos estudiosos da natureza da excelência moral.” (Aristóteles. 1985.1999.p.1110a)

Esses dizeres deixam bem claro que, primeiro, existe uma diferença entre os atos voluntários (passíveis de responsabilização) e involuntários (totalmente *liberáveis*), e segundo, que precisam ser detidamente observados para fim de se entender os limites de uma ética possível.

Aristóteles começa sua tentativa de distinção citando atos *dúbios*, ou seja, atos que são de difícil distinção por serem, à primeira vista, compulsórios, mas, se vistos mais detidamente, carregam um caráter de volutarismo que o qualificam. Assim ele os apresenta: “Mas há algumas dúvidas quanto às ações praticadas em consequência do medo de males maiores ou com vistas a algum objetivo elevado (por exemplo, se um tirano, tendo em seu poder os pais e os filhos de uma pessoa, desse ordem a esta pessoa para praticar alguma ação ignóbil, e se a prática dessa ação fosse a salvação dos reféns, que de outro modo seriam mortos); é discutível se tais ações são involuntárias ou voluntárias.” (Aristóteles. 1985.1999.p.1110a)

O autor prossegue, fazendo divagações a respeito do que deve ser voluntário ou não e estabelecendo os limites de cada aspecto. Termina a especulação partindo para a questão da escolha propriamente dita. Diz ele: “Tendo definido o voluntário e o involuntário, devemos examinar em seguida a escolha, esta, com efeito, parece relacionar-se intimamente com a excelência moral.” (Aristóteles. 1985.1999.p.1111b) Em seguida, arremata: “A escolha, então, parece voluntária, mas não é a mesma coisa que o voluntário, pois o âmbito deste é mais amplo. De fato, tanto as crianças quanto os animais inferiores são capazes de ações voluntárias, mas não de escolha. Também definimos os atos repentinos como voluntários, mas não como o resultado de uma escolha.” Pois bem! Uma escolha não é um ato voluntário, apenas. É algo mais. (Aristóteles. 1985.1999.p.1111b)

Fazendo ilações com relação ao aspecto do desejo puro e simples, Aristóteles conclui que, não só não são o mesmo (desejo e escolha), como são, na maioria das vezes, *contrários*.

Em seguida, ele refuta a semelhança entre escolha e aspiração, considerando que a escolha se limita, o quando das vezes, às coisas palpáveis e possíveis, estando ela locada a algo inatingível tida como disparate. Enquanto que a aspiração pode almejar o impossível sem soar

distoante com o bom senso. Ainda, a escolha seria algo possível de ser alcançado por esforço próprio de cada um, enquanto a aspiração transcende o *locus* individual. Por fim, diz ele, “a aspiração se relaciona mais com os fins, enquanto a escolha se relaciona com os meios; por exemplo, ‘aspiramos’ a ser saudáveis, mas ‘escolhemos’ atos que nos tornarão saudáveis, e aspiramos a ser felizes e dizemos que somos, mas não podemos dizer acertadamente que ‘escolhemos’ ser felizes, pois em geral a escolha parece relacionar-se com as coisas ao nosso alcance.” (Aristóteles.1985.1999.p.1111b)

Relacionando a questão da escolha com a *opinião*, Aristóteles nos coloca que esta última se distingue por sua falsidade ou verdade, enquanto que a primeira distingue-se por sua bondade ou maldade. Portanto não são o mesmo. Aristóteles conclui a divagação com o seguinte: “Que é a escolha, ou que espécie de manifestação da alma ela é, já que não é qualquer das manifestações recém-mencionadas? Aparentemente, ela é voluntária, mas nem tudo que é voluntário é objeto de escolha. Será ela, então, aquilo que é precedido pela deliberação? Seja como for, a escolha requer o uso da razão e do pensamento. Seu próprio nome, aliás, parece sugerir aquilo que é preferido de outras coisas.” (Aristóteles.1985.1999.p.1111b)

A questão é espinhosa. O que é a escolha, então? Poderíamos explanar por muito tempo sobre o assunto ou fazer, como Aristóteles, uma volta simbólica e partirmos para uma nova abordagem. Dando a questão por enquanto por bem discutida e, por enquanto, nos dando, no quesito “o que é a escolha?” por satisfeitos. Vamos, agora nos debruçar ao “como se escolhe?”, tentando, assim, *cercar* o objeto de estudo (junto com Aristóteles).

Em primeiro lugar, vamos ao *objeto* da escolha. Sobre *o que* deliberamos? Em que, especificamente estão as fichas de nossa pretensa liberdade? Segundo Aristóteles, teríamos que descartar, de antemão, as coisas eternas, as fortuitas e aquelas que não podem ser influenciadas pelo nosso esforço. “Deliberamos sobre coisas que estão ao nosso alcance e podem ser feitas, e são estas as que ainda estão por ser examinadas” (Aristóteles.1985.1999.p.1111b), diz ele.

Há um aspecto relevante, a questão dos meios e dos fins. Como diz Aristóteles, logo a seguir, um médico não delibera para saber se deve curar, nem um orador para saber se deve convencer, nem um estadista para saber se deve assegurar a concórdia. Está claro, portanto, que as escolhas têm a ver com os meios e não com os fins.

Estes são, escolha e regulamento, os aspectos relevantes do ato livre e responsável, que tanto interessam à matéria ética. Os dois compõem um *corpo* que, estando *ligado*, fornece à liberdade e, por consequência, à ética, uma razão e um sentido característicos do exercício humano, indissociável à sua natureza e intrinsecamente relacionado à sua capacidade de realização simbólica.

6 Ethos, práxis, herança e indivíduo na pólis

Agora vamos ao *ethos*. Marilena Chauí nos coloca que ética é a aplicação do *ethos* a uma práxis determinada. Partindo desta definição faremos algumas considerações.

O *ethos* é um conjunto de valores que vão sendo construídos paulatinamente no dia-dia. Esses valores vêm a ser o que se determina o *bem*, o conjunto de ideais acerca do que é bom, de uma pessoa. Quando aplicados à praxis, determina uma *boa práxis*. Esse é o cerne do entendimento do que é ética. Quando definido o modelo de uma boa práxis, estão estabelecidos os alicerces da transmissão social do comportamento ético e, portanto, da sua *reprodução*.

É mister reconhecer que a ética só tem relevância quando “passada” entre os pares sociais dos indivíduos que comungam da urbe. Isso não quer dizer que a ética é de natureza coletiva. Pelo contrário. Quando, coletivamente, o ato atinge, ou interfere, na pólis, é um ato político. Quando, no entanto, a pessoa não consegue afetar precipuamente a pólis, ela está condenada a busca do ato ético. Isso quer dizer que o ato ético é permeável apenas à individualidade, sendo próprio a ela, o que não acontece com o ato político.

7 Mecânica da ética

Por último, vamos estabelecer uma certa mecânica da ética.

Um ato qualquer que seja já está imbuído de valores, mas são valores ainda mal formados, o que nos coloca que o *ethos* ainda está em formação, e sem meios e fins definidos, o que nos indica que a práxis não está bem clara. Neste momento, diremos que o ato contém um *substrato ético*.

A medida que o ato se fortalece (por repetição ou por permanência), os valores vão se cristalizando e os meios e os fins vão se aclarando. É o estágio da *ética instituída*. Neste

estágio, já podemos falar de uma ética existente, contudo, ainda não é uma ética completa. Falta ainda um aspecto.

Quando o ato, já ético, é reconhecido pelos pares ao ponto de se cristalizar socialmente e se permitir uma reprodução histórica, aí então teremos a *ética histórica*, que completa a trajetória do ato em direção a ética.

Terminamos, aqui, o capítulo sobre ética. O importante, agora, é saber se o que virá é congruente com o que já veio, além de avaliarmos o já feito. O que foi colocado aqui foi uma pequena explanação que tenta estabelecer uma base para o trabalho subsequente. Acredito sinceramente que há muito mais a tratar sobre ética que não foi abordado neste texto. Mas, por motivos de tempo e motivos materiais, ficamos por aqui. Vamos ao resto, esperando oferecer algo ainda melhor do que o que o já apresentado.

Política

1 Considerações iniciais

A política constitui elemento de reflexão da sociedade, enquanto *corpo* livre, que *pensa* seu próprio caminho e conduz, tanto quanto possível, seu destino.

É objeto de estudo político as relações e situações que extrapolem o privado e o individual na medida em que afetem a pólis em algum de seus aspectos, seja sua estrutura ou sua manifestação.

Política...uma manifestação social que reverbera no tecido cultural das comunidades e que domina amplos setores de suas energias ativas, suas *ações* no mundo natural.

Mais que um produto acabado da sociedade moderna, a política, ao longo do tempo, teve sua natureza gradualmente modificada, se tornando mais complexa e mais plural. Se, no começo, a política estava relacionada a alguns habitantes de uma pólis e somente eles, excetuando-se seus escravos e mulheres, agora ela está direcionada a uma gama de pessoas tão díspares de posições sociais e culturais que é mesmo passível de se perguntar sobre sua viabilidade absoluta.

2 Situar histórico

No começo, quando o termo política foi formado, o universo do indivíduo ainda era imberbe e a ética era uma espécie de ponta-pé inicial da dita política. Cada um vivia dentro do corpo social e o universo privado era ainda mal definido. Por isso a preocupação de Aristóteles em colocar a ética, passando pela economia, como pré-condição da política.

Contudo, com a contínua abarcação de diferentes gamas de personagens no espectro político e a crescente diversificação de grupos de poder, o espaço individual foi

gradativamente se separando do espaço público, gerando uma dicotomia pessoal-coletivo, onde o ato político só é considerado como tanto se tiver estofamento suficiente para afetar o conjunto de toda uma sociedade ou mesmo grupo social. Quando o indivíduo, com seu ato, não afeta a pólis, está condenado à busca pelo comportamento ético.

3 Outras Considerações

Pois bem! Estamos tratando, agora, do ato político, já tendo falado do ato ético. O que nos cabe perguntar, aqui, é, primeiro, quando um ato se torna político?, segundo, como podemos entendê-lo em sua estrutura (condicionantes e relações)?, depois, em que medida ele é um ato socialmente válido?, e assim por diante.

Antes de nos atermos às peculiaridades do ato político, algumas considerações. A política é uma atividade tipicamente humana e, enquanto tal, é complexa, no sentido de ser multivariada e interdisciplinar, contemplando diversas modalidades do pensamento social e mesmo humano. Outra coisa, sua análise demanda um exercício precipuamente empírico, uma vez que a teoria, aqui, contém grande grau de falibilidade, embora não seja de maneira nenhuma descartável, principalmente com seus avanços nas últimas décadas. Na verdade, neste trabalho, embora não devesse, a teoria terá papel preponderante, diante do fato do tempo e recurso escassos. Por fim, a política é, talvez, *transcendental*, isto é, não se limita ao seu objeto, seja ele o estado ou o poder. Ela tem aquilo que outras áreas do pensamento carregam, como a filosofia, que consiste na singularidade de extrapolar os limites do que estudamos nela e sobre ela.

4 João Ubaldo Ribeiro

Vamos aos pormenores da política. Começemos pela definição da mesma. A mais básica seria a de que “seria algo relacionado com o poder” (João Ubaldo Ribeiro.p.14). João Ubaldo Ribeiro comenta a respeito: “Se pensarmos bem, veremos que a frase ‘a política tem a ver com o exercício do poder’ não quer dizer muita coisa, principalmente porque há inúmeras dificuldades para que se saiba o que é ‘poder’. Nada impede, por exemplo, que se diga que poder é um fluido mágico, como já se acreditou e

ainda se acredita até hoje. Que significa ‘ter poder’? Não pode ser simplesmente estar investido em algum cargo, pois acontece com frequência que os ocupantes de um cargo qualquer se submetam à vontade de outras pessoas, não ocupantes de cargo algum – as chamadas eminências pardas. Não basta, também, usar expressões como ‘carisma’ ou ‘magnetismo’ ou ‘poder do dinheiro’, pois isto tampouco explica muita coisa, ou não explica nada” (João Ubaldo Ribeiro.p.14). Ele continua e termina completando que o poder só pode ser medido e conhecido quando se manifesta, sendo, portanto, insuficiente para medir política. Outros autores, como Schmitter ou Duverger, também relacionam política e poder. Veremos o que eles falam mais adiante.

Citando vagamente “os americanos”, João Ubaldo refere-se à política como à “capacidade de influenciar as pessoas”, o que, segundo ele, é igualmente dúbio, porém nos leva a refletir sobre dois aspectos, quais sejam: a) um interesse; e b) uma decisão. Esses aspectos são explicados da seguinte maneira:

“a) Se alguém deseja influenciar ou modificar o comportamento das pessoas, esse alguém tem um interesse que deseja ver corporificado pela modificação pretendida, seja ele ditado por conveniências pessoais, de grupo, religiosas, morais, etc.”(João Ubaldo Ribeiro.p.15-16)

“b) o objetivo configurado pelo interesse só pode ser conseguido por uma decisão que efetivamente venha a alterar o comportamento das pessoas – seja esta decisão imposta, consensual, de maioria, etc.”(João Ubaldo Ribeiro.p.16)

O corolário final do texto do João Ubaldo é o de definir política como algo que tem a ver com “quem manda, por que manda e como manda”. Mas não é só isso. Mais tarde voltaremos ao João Ubaldo Ribeiro.

5 Schmitter

5.1 Estado ou governo

Schmitter nos traz algumas definições possíveis de política. A primeira seria a de política como campo de atuação precípua do estado ou do governo. Schmitter afirma que esta é a visão mais tradicional, com raízes predominantes no séc. XIX, mas ainda em voga nos dicionários e em muitas faculdades.

Essa primeira definição soa como implicar em “reduzir” o espectro político artificialmente a um grande ator que seria o responsável por toda uma gama de processos intrincados que envolvem diversos outros atores sociais, sublevados e subjugados à vontade do primeiro. Embora pareça, atualmente, uma visão ultrapassada e inviável, ela tem coerência e mantêm um aspecto relevante que deve ser levado em conta. Por ora, deixemos como está. Mais tarde veremos como a política pode ser, sim, considerada como o conjunto de atos estatais.

5.2 Poder, Influência ou autoridade

A segunda definição de política que o Schmitter nos traz corrobora com o que foi dito primeiramente pelo João Ubaldo, sem trazer a sua negação e acrescentando duas variações. Seria a política o exercício do poder. Como variação dessa máxima, teríamos a política como a prática da influência ou o exercício da autoridade.

Enquanto exercício do poder, a política teria no uso da violência legitimada e regulada, visando uma coesão social, a sua expressão maior. A política seria um jogo no qual uns, que “podem”, regulam o uso da força sobre os que “não podem”.

Schmitter começa o parágrafo sobre a questão da influência da seguinte maneira: “Muitos estudiosos da política norte-americana rejeitam esta ênfase na força e põe-na na variedade e na sutileza dos meios e recursos utilizados pelos atores políticos. Para eles não se poderia reduzir a política a um só tipo de relação de dominância. Esta é produto da interação de uma pluralidade de tipos de dominância, dentro dos quais estão

a força ou a coação. Eles preferem o termo influência por ser mais inclusivo”. Continuando na explanação, ele ainda acrescenta que o grau de influência dependeria dos recursos disponíveis e da vontade de utilizá-los.

Por fim, a autoridade. Ela estaria relacionada a um “poder legítimo” e está presente também em Weber e em Duverger. Seria um poder diferenciado, instituído, que não precisaria tomar mão da força tão frequentemente.

Poder, influência e autoridade são três modalidades da mesma definição de política, repitamos. Ainda há, para Schmitter, outras duas, que serão abordadas a seguir.

5.3 *Decision Making*

A terceira definição trazida à tona por Schmitter faz referência à questão do “*Decision Making* (formulação de decisões sobre linhas de conduta coletivas)”. Segundo ele, “a tarefa de uma ciência da política seria, então, a de explicar e presumivelmente predizer, porque uma determinada linha de conduta foi, é ou será adotada. Como foi formulada? Quem participou? Quais foram os determinantes desta atividade? Qual foi o resultado e seu impacto sobre as decisões posteriores? Essas são algumas das perguntas implícitas nesta definição”(Schmitter.p.45). É relacionado a este paradigma político a teoria dos sistemas políticos, com suas devidas implicações.

5.4 Resolução não-violenta de conflitos

A quarta, e última, definição de Schmitter que abordaremos é a da resolução não-violenta de conflitos. É colocada, para tais fins, uma premissa: a da *funcionalidade*. Parte-se do princípio de que alguma coisa só deve estar presente em uma estrutura se, e somente se estiver desempenhando um papel no sistema (premissa funcionalista).

Partindo dessa premissa, discute-se a *função* da política. Schmitter cita dois autores. Talcot Parsons diz que sua função seria a “realização de objetivos coletivos” (Apud Schmitter p. 47), enquanto que David Apter define a funcionalidade da política

como sendo a “manutenção do sistema do qual faz parte” (Apud Schmitter p.47). Em seguida, ele chega a uma conclusão: “a função da política é a de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito”(Schmitter.p.47). Ele ainda ressalta que o objetivo não seria acabar absolutamente com todo e qualquer conflito, o que seria uma utopia (perseguida, inclusive, por alguns filósofos políticos). A meta seria “canalizar” os conflitos a formas não-destrutivas.

Dentro dessa visão, funcionalista, da resolução não-violenta de conflitos, haveria duas condições para o ato ser político. Primeiro, ele teria de ser controvertível, isto é, ele precisaria suscitar alguma espécie de conflito. Uma campanha da vacinação estaria fora do espectro político. Segundo, os ato teriam de ser mutuamente reconhecíveis entre as partes conflitantes. Teria de haver sempre a possibilidade de integração e cooperação.

Esta última definição do Schmitter, da resolução não-violenta de conflitos, vai de encontro com um dos aspectos do que o presente texto defende como política (uma campanha de vacinação seria, sim, um ato político). Mais tarde veremos por quê.

6 Duverger

Agora, Duverger.

Para Duverger, a política está intrinsecamente e irremediavelmente ligada a “poder”. Ele coloca, primeiramente, a questão da “noção do poder”: “Na base do fenômeno do poder, há o que León Duguit chamava de distinção entre ‘governados’ e ‘governantes’. Em todo grupo social encontram-se, de um lado, os que dão as ordens, que comandam, que dirigem e os que obedecem, que seguem, que se submetem. A palavra ‘poder’ designa, ao mesmo tempo, o grupo de governantes e a função que eles exercem”. (Duverger.1976.p.11) Duverger coloca depois que o esquema de Duguit requer correções, diante da complexidade dos estados modernos. Em tais estados, há uma intrincada rede de “governança” e submissão. Um fiscal da receita “manda” em um

cidadão e “obedece” ao ministro da fazenda. Além do mais, em uma democracia institucionalizada, um governante “obedece” ao povo mediante às leis, embora não haja sistema totalmente “institucionalizado” e sempre há quem “manda”, havendo, portanto, coerência e validade no esquema de Duguit.

Continuando, na explanação, Duverger enumera o que seriam os elementos do poder. O primeiro deles é o elemento biológico. Relações de poder existem na própria natureza, sendo observáveis na “soberania” do galo no galinheiro, por exemplo. Examinando isso no Homem podemos perceber resíduos de poder incontestáveis. O segundo elemento é a constatação de que o poder é parcialmente um fenômeno de força, coação e coerção. A intimidação, portanto, em suas diversas facetas, compõe um dos elementos do poder. O terceiro seria o sistema de crenças, o enquadramento coletivo e a pressão social difusa.

6.1 Ciência do Estado e Ciência do Poder

Para além da microdefinição do poder, Duverger tenta delimitar os limites do que seria a análise da política, se uma Ciência do Estado ou uma Ciência do Poder.

Enquanto Ciência do Estado, ele define a característica da *soberania* como pilar principal a ser estudado. Feito isto, são distinguidas a soberania *no* Estado e a soberania *do* Estado.

A soberania no Estado seria “a qualidade de órgão hierarquicamente superior a todos os outros (a nação ou o parlamento na democracia; o rei na monarquia; etc): todos os outros órgãos lhe são subordinados e sua autoridade decorre mais ou menos da sua”.(Duverger.1976.p.19)

A soberania do Estado “é o fato de o estado estar situado no topo da hierarquia dos grupos sociais, de não haver nenhum grupo acima dele”. (Duverger.1976.p.19)

Haveria, ainda, uma ligação entre a existência da soberania e o estudo da política consagrado ao estado. Sendo o estado soberano, toda a política o envolve, por isso a ciência política deveria se preocupar apenas com isso.

Enquanto Ciência do Poder, a definição se expande a grupos que subrelacionam-se e superrelacionam-se com o estado. Esta definição se pretende mais “científica” por não restringir o espectro de estudo.

Mais uma vez, temos que lembrar o propósito do presente texto. “Estado” e “Poder” são ambos objetos do entendimento do que é política. Porém eles têm nuances que os diferenciam. Aqui, em Duverger, a análise do poder é mais ampla. O que não nos impede de colocar sua limitação quanto à sua *permeabilidade*, qualidade que o estado tem e será abordado no final do capítulo.

7 Max Weber

Max Weber(2003).

Para este autor, poder e Estado se juntam ao dizer que política significa elevação para a participação no poder ou para a influência na sua repartição, seja entre os Estados, seja no interior de um Estado, entre os grupos humanos que nele existem.

Max Weber também define três tipos puros de dominação legítima que, conforme sejam, alteram as especificações da política em cada um.

7.1 Dominação legal

Na *dominação legal* “obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: uma ‘lei’ ou ‘regulamento’ de uma norma formalmente abstrata”(Cohn.1999.p.129).

Neste tipo de dominação a política está relacionada a uma *forma social*, que rege todo o tecido social e que permanece onipresente nas relações cotidianas. É um caso de *ordenamento social difuso*, onde não se percebe o poder como fonte do processo político, mas o Estado pode ser confundido como tal.

7.2 Dominação tradicional

Na *dominação tradicional* “obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas” (Cohn.1999.p.131.).

Nesta dominação, *política e poder* já se relacionam explicitamente. É do *poder* do senhor que saem as manifestações políticas relevantes. Atentem para o termo *relevantes*. Ele será muito caro logo mais. Também neste tipo de dominação o Estado se dilui, não sendo tão forte para o acontecimento político.

7.3 Dominação carismática

Na *dominação carismática* “obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; é, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsiste. Por outro lado, quando é abandonado pelo seu deus ou quando decaem a sua força heróica ou a fé dos que crêem em suas qualidades de líder, então seu domínio também se torna caduco”(Cohn.1999.p.135).

Esta dominação alça o quesito “poder” à condição de primeira referência quando o assunto é política. De fato, o argumento “Estado”, aqui, perde toda sua força, uma vez que toda a política depende de um só homem.

8 Permeabilidade

Agora, voltamos a João Ubaldo. Seguindo o texto, ele comenta que as relações de poder entre vizinhos, dentro da família ou mesmo em um círculo fechado de um clube esportivo não podem ser consideradas “políticas” porque, embora envolvam “poder”, esse “poder” não afeta a sociedade, representante, no caso, da *pólis*. Esse é o ponto! E é nesse ponto que quizemos dizer antes que uma abordagem da política enquanto uma atividade que envolve precipuamente o Estado e os grupos que o envolvem subrelacionando-se e superrelacionando-se encontra, na *permeabilidade*, um ponto de apoio.

Permeabilidade seria a condição de um ato de poder afetar a sociedade como um todo ou em algum aspecto de sua estrutura. As relações de poder que envolvem o Estado têm isso, o que não se pode dizer de toda e qualquer relação de poder. Por isso, campanhas de vacinação seriam atos políticos, embora não envolvessem conflitos. Também é por isso que as ações do senhor na dominação tradicional são políticas, uma vez que são relevantes. Dizer que são relevantes é dizer que suas ações se confundem com as ações do Estado em questão.

9 Conclusões

Agora, com as citações acima em mãos, vamos às perguntas iniciais do texto.

Quando um ato se torna político? Como vimos, haveria de ser quando há relações de poder envolvidas, mas não só isso, quando elas são permeáveis.

Como podemos entendê-lo em sua estrutura (condicionantes e relações)? A estrutura do ato político pode ser vista de diversas maneiras, como vimos, mas tem duas visões que seria bom salientar, a de Duguit, com governantes e governados que persiste mesmo em sistemas complexos e em instituições de poder difuso; e a de Max Weber, com seus três tipos puros de dominação. A dominação legal teria como condicionante a

lei ou o regulamento e suas relações seriam de subordinação mútua entre os participantes. A dominação tradicional teria como condicionante a tradição e suas relações seria de subordinação tácita entre todos. Já a dominação carismática teria como condicionante a capacidade de aglutinação da pessoa investida de poder e suas relações seriam de subordinação direta de um dos pólos (os seguidores).

Em que medida ele é um ato socialmente válido? Podemos concluir que a validade social do ato político se dá na medida em que ele fecha um ciclo de procedimentos tais que o elevem à condição de regulador do poder dentro e fora de um corpo social em sua estrutura ou totalidade. A política se justifica quando realiza a pretensão sociológica da materialização, na *pólis*, da coesão entre grupos e esferas sociais relevantes e harmoniza as diversas relações relevantes de poder.

Ética do bibliotecário

1 A Biblioteconomia

A biblioteconomia é uma área que abrange uma grande gama de áreas do saber humano. É uma disciplina *sintética*, que reúne, em suas hostes, a Ciência Exata e a Humana, as Ciências Sociais, as Ciências da Saúde, as disciplinas tecnológicas, as Artes, a Educação, enfim! Podemos dizer, sem exagero, que ela abarca todos os ramos do saber.

Isso porque a biblioteconomia, como parte de seu trabalho, *organiza* esse saber. Ela indexa, classifica e cataloga grande parte do que cada uma das áreas do saber supracitadas lidam em seu dia-dia. Ela tem, por isso, que lidar também com um pouco de cada. E é o bibliotecário que *atua* no front dessa batalha, que *realiza* essa labuta, no cotidiano, de integrar, quando necessário, e de relacionar as diferentes Ciências e não-Ciências. Obviamente que essa *interdisciplinariedade* compulsória se reflete na formação e na aplicação éticas do dito bibliotecário.

A biblioteconomia também se debruça, se é esse o termo, sobre outro aspecto do saber. Ela começa, desenvolve e finaliza suas atividades, transita pelas disciplinas, *respira* no dia-dia através de um componente: a informação. Entender como ele se forma, como é assimilado, como é registrado, transmitido, trocado, é tarefa da biblioteconomia. A Ciência da Informação, disciplina intrinsecamente ligada à biblioteconomia e também área de atuação do bibliotecário, é já um cabedal rico de experiências com a informação que fornece muitos subsídios para o nosso profissional. Ela nos traz uma visão sistematizada e estruturada do objeto de estudo (a informação) que reflete de forma bastante palpável a realidade do universo da informação atual. É papel do bibliotecário traduzir eticamente toda essa preocupação com a informação. De que forma? Veremos.

2 O bibliotecário

O bibliotecário é um ser que intermedia conhecimento e pessoas. É sua função, entre outras coisas, zelar para que os cidadãos tenham a informação que procuram e promover o interesse geral para que procurem algo, que “se mexam”, intelectualmente falando. Ele é uma peça importante no contexto social no que tange a *otimização* do conhecimento geral da comunidade, promovendo a troca de informações e o contínuo relacionamento intelectual entre os indivíduos.

Temos que ter em conta que o bibliotecário não é um ente estanque, separado do meio em que vive. Em outras palavras, ele não está acima do bem e do mal. Ao contrário, ele vive e convive com sua comunidade e partilha de seus medos, ansiedades, defeitos. Por isso ele deve constantemente se policiar, pois também deve ter sempre em mente um fator extremamente relevante de sua posição atual na sociedade. Que posição é essa? Em um mundo onde a informação e o conhecimento estão em gênero e grau de forma tão gritante inescapável ao controle humano, quem faz a ponte entre um e outro, quem intermedia os dois tem considerável poder. Um bibliotecário perspicaz pode efetivamente “direcionar” os rumos intelectuais de seu espectro comunitário. Isso não é exagero.

2.1 Dilemas e cuidados

Enquanto profissional “detentor” da informação e, ao mesmo tempo, “direcionador” dela, o bibliotecário tem vários dilemas e tem que tomar diversos cuidados.

Entre os dilemas temos a questão da influência. Qual seria o grau de influência que o bibliotecário deveria impingir à informação? Ou não deveria dar nenhuma? Seria isso possível? Como grau de influência, quer-se dizer interferência, no tratamento da informação, com vistas a *otimizar* sua absorção pelo usuário. Novamente temos, aqui, o aspecto do “poder” simbólico do bibliotecário.

Com relação aos cuidados que ele deveria ter, um caríssimo seria a observação das necessidades de sua comunidade. O bibliotecário, se quiser atuar dignamente, deve criar canais de comunicação efetivos com seus usuários. Como? Questionários e entrevistas, comissões e conselhos representativos, estudos sistematizados de usuários e outros mais de que se puder dispor. O importante, e isso é crucial, é o bibliotecário não se isolar, ficando ou a se alimentar de suposições quanto às aquisições que deva fazer, ou simplesmente fazê-las segundo critérios pessoais, configurando um dirigismo inaceitável.

3 Campos de atuação

O bibliotecário tem, via de regra, dois grandes campos de atuação. Um é o acervo o outro é o usuário.

Quando lida com o acervo, o bibliotecário está em contato direto e indireto com a informação e com o conhecimento em seus diversos matizes. É nessa hora que ele se preocupa com a ontologia, com a etimologia, com o que seria a *classificação* mais ampla do saber, ou seja, sua *alocação* simbólica na prática cotidiana do futuro usuário, entre outras atividades. Enquanto *manuseia* o acervo, o bibliotecário entra em contato com a cultura e a memória humanas e pensa a melhor forma de transformá-las em *ativos* intelectuais da humanidade. Ele se torna, nesse ínterim, um *magos do saber*, que fará o possível para pôr seus feitiços a serviço da causa do intelecto vivo e atuante.

Quando, em oposição, o senhor dos livros está voltado para os usuários, ele terá outras disciplinas em mãos: estatística aplicada, ciências sociais, serviço social, história, filosofia, entre outras. Neste momento, suas fichas apostam no ser humano e sua complexidade. É necessário compreendê-lo, mesmo que minimamente. Mais ainda, é preciso incluí-lo. E para isso é necessário o diálogo com as comunidades que envolvem a biblioteca. E para isso é preciso uma certa disposição, por parte da última, de contínuo aprendizado, de troca de experiências.

Essas considerações acerca da biblioteca, do bibliotecário, do acervo e do usuário implicam em considerações éticas. Como já foi dito nesta monografia, ética é aplicação de um certo *ethos* a uma determinada *práxis*. Pois bem!

3.1 Acervo

3.1.1 Automação

Com relação ao tratamento do *acervo*, Ortega y Gasset, em sua “Missão do Bibliotecário”, nos dá algumas significativas contribuições, no capítulo intitulado “O livro como conflito”. Ele começa com os seguintes dizeres: “Já há livros em demasia. Mesmo reduzindo bastante o número de temas a que cada homem dedica sua atenção, a quantidade de livros que ele precisa absorver é tão gigantesca que supera os limites de seu tempo e sua capacidade de assimilação. A mera orientação na bibliografia de um assunto representa hoje para cada autor um esforço considerável, em que perde muito tempo. Mas uma vez despendido esse esforço, constata que não pode ler tudo o que deveria ler. Isso o leva a ler às pressas, a ler mal e, ademais, deixa-o com uma impressão de impotência e fracasso, ao fim e ao cabo, de ceticismo em relação à sua própria obra.”

“É inútil querer resolver o conflito supondo que não existe essa necessidade de ler os livros acumulados pelo passado [...] A verdade é o contrário. Sob a superfície de nosso tempo está germinando, sem que os indivíduos o percebam, um novo e radical imperativo da inteligência: o imperativo da consciência histórica. Logo brotará com vigorosa evidência a convicção de que, se o homem quiser realmente esclarecer seu ser e seu destino, será preciso que consiga adquirir a consciência histórica de si mesmo, isto é, que passe a fazer história, do mesmo modo que, por volta de 1600, passou seriamente a fazer física. [...] E, para que o seja, faltam muitos ingredientes requintados, dos quais o mais óbvio é a precisão. Este atributo da precisão, aparentemente formal e extrínseco, é o primeiro que surge em uma ciência quando chega a hora de sua autêntica constituição. A história que se fará amanhã não falará tão superficialmente de épocas e centúrias, mas articulará o passado em etapas muito curtas de caráter orgânico, em gerações, e tentará

definir com todo o rigor a estrutura da vida humana em cada uma delas. E, para fazer isso, não se contentará com destacar uma ou outra obra que arbitrariamente se qualifiquem como ‘representativas’, mas precisará, de modo real e efetivo, ler todos os livros de uma época e identificá-los criteriosamente, chegando a estabelecer o que eu chamaria de ‘estatística das idéias’, a fim de determinar com todo o rigor o instante cronológico quando nasce uma idéia, o processo de sua difusão, o período exato durante o qual perdura como vigência coletiva e, por fim, a hora de seu declínio, de seu anquilosamento como mero lugar-comum, enfim, seu ocaso além do horizonte do tempo histórico.”

“Essa enorme tarefa jamais poderá ser concretizada, a não ser que o bibliotecário trate de reduzir sua dificuldade, na medida do que seja sua competência, liberando de esforços inúteis as pessoas cuja triste missão é e deve ser ler muitos livros, tantos quantos for possível: o naturalista, o médico, o filólogo, o historiador. É preciso que deixe de ser problema para um autor reunir a bibliografia descritiva e seletiva sobre assunto de seu interesse. Que isso ainda não ocorra nos dias atuais parece incompatível com este momento da história. A economia do esforço mental exige isso com premência. É, preciso, pois, criar uma nova técnica bibliográfica de um automatismo rigoroso. Nela alcançará sua potência máxima o que vosso ofício iniciou há séculos com a figura da catalogação”(Ortega y Gasset. 2006.p.40-43).

Com essa explanação, Ortega y Gasset nos introduz um primeiro tópico da relação do bibliotecário com o acervo que traz implicações éticas: a *automação*. No tempo de seu famoso discurso, 1935, ele não podia prever algumas coisas que já temos claramente. Temos hoje, por exemplo, as falhas e os limites da automação “cega”, “desumana”. Parece que, quanto mais automatiza-se um sistema, mais se distancia de uma análise profunda, mais se superficializa o tema. É que a automação tende a igualar os termos em todas as áreas.

O bibliotecário, hoje, deve utilizar a automação com cautela. Ele tem que ter em vista que, primeiro, será tido com razão como descaso colocar tudo em função da

máquina, tanto na prospecção quanto na disponibilização. O responsável pelo acesso à informação, que deve ser o principal *zelador* da mesma, não pode se dar ao luxo de desmerecer a confiança que lhe é conferida. Por outro lado, a tentação da informática, com seus hardwares e softwares, nos dá a ilusão de que a intervenção humana é quase dispensável, um perigo até. Ledo engano! O bibliotecário não só é importante como fundamental, uma pedra de toque na arregimentação bibliográfica. Porém, temos que relativizar. Temos que ver que a automação ainda está no seu estágio inicial. A web semântica nos dá algum alento e alguma esperança de que a utopia de Ortega y Gasset se concretize.

3.1.2 Seleção e triagem

Mas essa é só a primeira contribuição de Ortega y Gasset na questão da relação bibliotecário-acervo. Diz ele na segunda: “não só de fato existem livros em demasia, como também são produzidos de modo constante e em abundância torrencial. Muitos deles são inúteis ou estúpidos [...]. Ao mesmo tempo, em todas as disciplinas, com frequência, é sentida a falta de certos livros cuja a ausência prejudica o avanço das pesquisas. [...]. É incalculável quantas soluções importantes sobre as questões mais diversas não chegam a amadurecer porque tropeçam com lacunas em pesquisas anteriores. O excesso e a escassez de livros têm a mesma origem: a produção se faz sem governo, abandonada quase totalmente à espontaneidade do acaso.”

“Será demasiadamente utópico imaginar que em futuro não longínquo vossa profissão (a do bibliotecário) será incumbida pela sociedade de regular a produção do livro, a fim de evitar que se publiquem os que forem desnecessários, e que, em compensação, não falem aqueles que são exigidos pelo conjunto de problemas vivos de cada época? Todas as atividades humanas começam com um exercício espontâneo e sem regra. Mas todas elas, quando, devido à sua própria extensão, se complicam e atropelam, entram em um período em que se submetem à organização. Parece-me que chegou a hora de organizar coletivamente a produção do livro. Para o próprio livro, como modo humano, é uma questão de vida ou morte”(Ortega y Gasset. 2006.p.43-44).

Essa contribuição de Ortega y Gasset tem sido um tanto polêmica ao longo de sua história. É que ela toca num preceito muito caro à filosofia liberal surgida a partir do renascimento: a liberdade de expressão. Poderia alguém, numa sociedade livre, dizer o que pode e o que não pode ser lido ou dito (expresso)? A questão não é tão simples, como nos querem fazer crer alguns alarmistas.

Hoje, com a internet e a explosão informacional, o texto de Ortega y Gasset é mais atual do que nunca. O fato é que, realmente, há informação em demasia, fazendo as pessoas “se perderem” na rede. E há uma falta técnica e estrutural de organizá-las minimamente para que o mínimo seja encontrado por quem precisa, ou seja, “falta” informação. Como se resolve o problema, ou como se tem resolvido o problema? Através de *canais de interesse*, onde os indivíduos “elegem” canais privilegiados onde se referenciar, que “ditam” o que e onde ler. Fora as próprias relações de influência e poder na sociedade que se refletem na transmissão do conhecimento em si. Em suma, o que Ortega y Gasset sugere que se faça já ocorre veladamente e, muitas vezes, perversamente (no sentido de que contrário à sua finalidade), atualmente. Voltaremos à esta questão novamente.

3.1.3 Ontologia

Quanto à ontologia, é necessário ressaltar o compromisso do bibliotecário com o saber, tanto em seu aspecto amplo como específico, tanto em seu aspecto puro como aplicado. Quando estuda o acervo, o profissional da documentação tem que relacionar as “coisas”, partículas mínimas da construção simbólica, sempre em vista do que elas são ou serão não para si, mas para a comunidade a que serve. Como ele fará isso? Com uma profunda análise, ao mesmo tempo desprendida e comprometida, do *sentido* que elas, as “coisas”, possam ter. Ter uma postura ética com a forma como o conhecimento é construído é saber que todo conhecimento, por mais puro que seja, está inscrito em um contexto. E que, por mais relativo que seja, preserva uma identidade, que deve ser mantida.

3.1.4 Etimologia

Em relação à etimologia, a ética do bibliotecário perpassa por um entendimento das relações entre a origem e o uso das palavras e conceitos existentes no acervo. É de suma importância o documentalista não ser “purista” nem “ir com a onda” e ir, como preconiza Aristóteles, no “meio termo”. As palavras têm sempre sua história, que têm que ser levada em conta na elaboração de um registro bibliográfico, e merecem seu lugar no contexto documental.

3.2 Usuário

3.2.1 Grupos

Quanto à relação bibliotecário-usuário, a questão se estende por matérias das ciências humanas. A Antropologia nos dá alguns subsídios com relação às formações dos grupos nas comunidades. Ao exercitar seu olhar para sociedades exteriores à nossa, a disciplina em questão começou a ver que a nossa própria sociedade é, também, composta por uma miríade de *microsociedades*. Punk, dreads, e outros estranhíssimos como universitários e executivos formam células sociais com desejos e necessidades de informação e conhecimento distintas.

É na relação com esses grupos que, ensina a Antropologia, podemos tomar, basicamente, três caminhos eticamente definidos. O primeiro é o estruturalista, onde o bibliotecário analisaria o grupo “de fora” e estabeleceria todas as bases e a estrutura de seu relacionamento com cada um de seus indivíduos. Este caminho é o mais comumente usado, principalmente quando não se tem consciência antropológica do processo. Isso porque ele demanda unicamente o bibliotecário, quando se trata a iniciativa de todo o processo.

O segundo caminho seria o hermenêutico. Ele se caracteriza por incluir na sua análise a “opinião” do analisado. Isso quer dizer que, no estudo de usuário, o bibliotecário tem que levar em conta as manifestações dos usuários sobre o próprio

estudo. Este processo, mais dinâmico, tem implicações éticas na medida em que o bibliotecário “partilha” seu trabalho continuamente com seu objeto de estudo, gerando uma condição de *difusão semântica* da análise, isto é, uma falta de linearidade da construção metodológica do estudo de usuários.

O terceiro caminho seria o dialógico. Aqui, o bibliotecário não apenas “inclui” a opinião do analisado, mas o próprio, no processo de construção do estudo de usuário. Neste caso, o bibliotecário deixa de lado todo o protagonismo e se permite uma prática, altamente enriquecedora, diga-se de passagem, de total *horizontalização* do processo. Qual a implicação ética? Fora a extrema humildade intelectual, parte-se para um construtivismo social ativo. Este caminho é muito pouco utilizado por ser muito desgastante, principalmente em tempo, mas quando se tem sucesso é ótimo.

3.2.2 Aspecto pedagógico

Fora do espectro de grupos, há o aspecto pedagógico do bibliotecário.

Uma terceira contribuição de Ortega y Gasset, no livro “Missão do Bibliotecário”, é a seguinte: “[...]o **bibliotecário do futuro terá que orientar o leitor não especializado na selva selvaggia dos livros, e ser o médico, o higienista de suas leituras.** [...] Hoje em dia, lê-se demais: a comodidade de poder receber com pouco ou nenhum esforço inumeráveis idéias armazenadas nos livros e periódicos vai habituando o homem, já acostumou o homem comum, a não pensar por sua conta e a não repensar o que lê. [...] . Este é o caráter mais grave, mais radicalmente negativo do livro. [...] . Boa parte dos terríveis problemas públicos hoje existentes procede do fato de a cabeça do homem comum estar abarrotada de idéias recebidas por inércia, compreendidas pela metade, desvirtualizadas – abarrotada, portanto, de pseudo-idéias. **Nesta dimensão de seu ofício imagino o futuro bibliotecário como um filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem**”(Ortega y Gasset.2006.p.45-46).

Esta contribuição de Gasset preconiza um trabalho junto ao leitor de forma que ele eleve seu aproveitamento intelectual. Eticamente falando, o bibliotecário se

coloca como um servidor, primeiramente, e, mais que isso, ele deve estar aberto às possíveis idéias e interpretações que o usuário possa tomar, que não serão as suas. Para “higienizar” a leitura do usuário, como diz Ortega y Gasset, ou para “potencializá-la”, para usar outro termo, tem que se estar disposto a conhecê-lo. E para isso é preciso o bibliotecário se “despir” de sua armadura social e partilhar do seu caminho, de sua aventura, sem senões e com perguntas, mas perguntas pertinentes. É importante salientar, também, que o bibliotecário, nessa “higienização”, precisa servir de “ponte” entre as diversas áreas do saber. Ele, o bibliotecário, só ele, possui posição privilegiada para isso, uma vez que tem acesso facilitado às citadas áreas.

4 Ortega y Gasset

Voltando à segunda contribuição de Ortega y Gasset, talvez o bibliotecário não deva, como ele preconiza, influir na produção dos livros. Mas isso só porque não é matéria direta da área de atuação do bibliotecário. Explico. Um bibliotecário pode até ajudar ou atuar na edição de livros, e isso ocorre bastante hoje em dia, mas não na sua “produção”. Quem produz o livro é o autor. Interferir na produção do livro seria interferir necessariamente no trabalho de criação propriamente dito de cada um que está escrevendo um livro. E por isso tanta controvérsia foi levantada a partir desse texto.

Agora, a preocupação de Ortega y Gasset é legítima, e oportuna. Não só é preciso que haja um contínuo trabalho no sentido de “selecionar” o que se ler, como é o bibliotecário o ator social a fazer frente nesse processo. Por que selecionar de antemão? Por que não deixar os usuários escolherem o que ler? Ora, no contexto da explosão informativa, sabemos muito bem do que se fala, deixar o usuário selecionar toda a leitura, sem nenhuma triagem inicial de qualquer monta, o poria muitas vezes perdido, como já foi falado e, quando não, tomaria todo o seu tempo, que deveria ser gasto com a própria leitura. A informação, hoje, está de tal forma (dês)organizada que é necessário uma especialização no tratamento da mesma para que ela seja útil e utilizável, e é só isso que Ortega y Gasset preconiza no seu segundo quesito do capítulo “O livro como conflito”

Aqui termina a terceira parte do trabalho. O objetivo deste quesito foi transitar pela biblioteconomia, pela biblioteca e pelo bibliotecário de forma a deixar clara a perspectiva humana e técnica da ética bibliotecária. Agora partiremos para um exemplo concreto na área, onde veremos como se realiza uma política bibliotecária. Sigam-nos.

A política do T-Bone

1 O açougue cultural T-Bone e a Parada Cultural

O açougue cultural do T-Bone é uma casa de carnes onde o seu dono, o Luiz Amorim, conservava uma quantidade considerável de livros que vinha acumulando desde sua alfabetização aos dezesseis anos de idade. E ele se confrontava diariamente com esse conflito ético de ter um enorme acervo que não era lido por outras pessoas, não era utilizado.

Diante desse dilema, ele resolveu agir de alguma maneira, e assim começou o projeto da Parada Cultural. Atualmente, depois de dois anos, o projeto leva aproximadamente seis mil livros a 35 paradas de ônibus distribuídas pela avenida W3 norte do Plano Piloto de Brasília. A circulação, estima-se, é de três mil livros por dia. Cada pessoa é indicada a pegar um livro por vez e devolver assim que tiver realizado sua leitura. Para cuidar da manutenção dos livros são três funcionários, que verificam a usabilidade, retiram os em más condições e fazem, de certa maneira, a ligação entre o açougue e os usuários. O projeto conta atualmente com um patrocínio anual de 25 mil reais da Petrobras.

O Açougue Cultural é hoje, na verdade, uma marca, uma referência cultural na cidade. Ele organiza eventos culturais periódicos e traz bandas e artistas para Brasília, como Blitz, Alceu Valença, Elba Ramalho e outros

2 Entrevista com Luiz Amorim, dono do T-Bone

Ao assumir o controle do T-bone você já o imaginava como catalisador cultural?

Não, não imaginava. Não imaginava porque eu morei aqui no açougue por um tempo, então, apesar de habituado com a leitura e de ter essa ligação com a arte, era uma idéia mais tímida.

Você acha que a Parada Cultural pode elevar as paradas de ônibus a um espaço cultural de relevo para as camadas populares?

Eu acho que a partir do momento que a gente teve essa iniciativa de botar uma biblioteca popular, ou seja, as estantes ali na parada, imprimindo cidadania, onde a gente possa humanizar esse espaço, é positivo, uma vez que a parada de ônibus é hoje um lugar abandonado, efadonho. Se o estado conseguir captar essa idéia e colocar arte, será maravilhoso, pois é uma passagem obrigatória para as pessoas.

Como é, para você, uma biblioteca ter que lidar com as diversas áreas do saber humano?

Como o público de uma parada de ônibus é heterogêneo, de todas as camadas sociais, ele é um pouco diferente do público de uma biblioteca pública. O público de uma biblioteca pública, eu digo empiricamente sem medo de errar, é prioritariamente de estudantes. Principalmente pela própria logística da biblioteca, de ter prazo e lugar para entregar, entre outras coisas, além de ter um acervo mais específico. Já a biblioteca popular nas paradas trabalha desde o mendigo, o morador de rua, até a pessoa que tem alguma condição financeira, passando por aquela que não tem. A idéia de ter livro na parada não é a idéia de resolver o problema literário de ninguém. É a idéia de você chegar numa parada e ter um acervo diversificado e poder manusear e ter contato com o livro que quiser e puder.

Como você vê, numa biblioteca, o ato de informar as pessoas?

Como eu tenho muito contato com o livro e tenho convicção de que o livro é que leva ao questionamento. O livro é um dos instrumentos mais perseguidos ao longo da história. Eu acredito que se você tiver acesso a uma informação mais diversificada, você terá um país mais humano e melhor. Então, eu acho que esse papel de estar levando informação e cultura às pessoas é uma resposta a um país onde a arte e a cultura está reservada às elites. Com esse projeto mostramos que existem alternativas viáveis e baratas que podem dar certo.

A biblioteca deve atuar de forma a conduzir os leitores na “selva” dos livros?

Eu acho que, para um estudo acadêmico, é fundamental, agora, numa biblioteca popular, quanto mais diversificado melhor. Devemos disponibilizar o máximo de livros e deixar as pessoas escolherem, pois não temos condições de prever o que cada um vai

ter interesse. Na biblioteca popular, o próprio leitor faz essa “condução” pela selva, sem precisar de auxílio.

Para você, como a ética se aloca na esfera do indivíduo e na esfera social?

Eu vejo a ética como uma questão de coerência, tanto no aspecto profissional como no dia-dia. Por exemplo, quando eu via que eu tinha um acervo muito grande aqui no açougue que poucas pessoas utilizavam, eu me questionava. Por uma questão de coerência, eu os coloquei na rua...

Seria mais uma coisa individual...

Isso! Eu acho que a ética está muito relacionada com a própria consciência. Quando eu boto os livros na rua, nas paradas, despertando a cidadania, que é também a de preservar o patrimônio intelectual e o conhecimento, isso é ética. Quando o indivíduo toma um comportamento ético, a sociedade retorna em forma de humanidade. Aristóteles já dizia que o Homem é um ser coletivo e, nessa medida, no retorno de humanidade, podemos perceber que o Homem é um ser bom. Rousseau já dizia isso, que o Homem é um ser bom. Nesse trabalho que eu desenvolvo eu tenho muitos colaboradores, nisso já se percebe a ética, na maioria das comunidades as pessoas ficam envolvidas com seus afazeres, sem se preocupar com trabalhos sociais.

Agora em relação à política, você acha que a política pode existir no plano do indivíduo, sem ser coletiva?

Mesmo para quebrar essa visão do individualismo, em prol de algo mais coletivo, você tem aquele exemplo da pessoa que vem para a cidade e vive “murado”, mas no fundo é coletiva. Mesmo essa idéia da Parada Cultural. Ela não é uma coisa exclusivamente minha, ela tem diversas influências, não podia ser diferente. Mesmo a genialidade de alguns inventores não é individual, ela depende de fatores políticos coletivos. O papel do indivíduo está apenas na iniciativa, mas o resto é coletivo.

Qual o modelo de relação do T-Bone com a comunidade (estruturalista, hermenêutico ou dialógico)?

Bom, esse trabalho da Parada Cultural, eu fiz uma pesquisa, não uma pesquisa técnica ou científica, mas uma pesquisa para saber o que eu deveria fazer. Já surgiram

oportunidades de replicar o projeto em alguns lugares, e o processo é semelhante, há um estudo preliminar. Quando eu fui montar esse projeto, eu fui conversar com as pessoas, entrei nos ônibus, perguntei a cada um...

Então você pesquisou por dois anos e começou o projeto...

Isso!

Depois que começou o projeto, você continuou pesquisando nos ônibus?

Ah! Sim! A gente continua! A primeira parada que eu abri, eu fiquei lá seis meses. O mais interessante é que o relacionamento que temos com a nossa comunidade gera quase a mesma quantidade de problemas que o de uma grande biblioteca como a da UnB, eu digo isso empiricamente, mas não temo errar. Mas, na prática, eu acho que esse três métodos, o estruturalista, o hermenêutico e o dialógico se misturam.

Para a criação da Parada Cultural foi necessária a presença de bibliotecários?

Não, mesmo porque quando eu comecei o projeto, quase todos à minha volta, os amigos com que o partilhei, me desenganaram, vendendo a idéia do caos.

Como está o andamento do projeto?

Ele é um projeto que tem dois anos que enfrenta dificuldades. A maior dificuldade que eu enfrento é do Estado, não é do cidadão. Porque o Estado já deveria ter comprado essa idéia. Um projeto que já teve repercussão nacional e internacional. Vieram duas doutoras da Espanha para conhecer o projeto. Acharam interessantíssimo o projeto. E Tudo indica que vai ser fechada uma parceria com a embaixada da Espanha.

Qual a perspectiva de futuro?

A primeira perspectiva nossa é o Estado abraçar a idéia, porque é humanamente impossível você fazer uma coisa grande sem a presença do estado, não tem como. Até porque o papel da sociedade civil não é competir com o Estado nem fazer o papel do Estado, muito pelo contrário. É você colaborar com o Estado, participar. Porque a verdadeira crítica não é falar, é fazer. O conhecimento tem que ter relação com a

prática, não adianta a pessoa ler Rosseau para apenas falar. Isso é legal, mas o que eu posso fazer com isso? O que eu posso fazer para colaborar? O desafio maior é conseguir unir a prática com a teoria.

3 Situando o T-Bone no contexto

O T-Bone é um agente cultural singular. Diferente de outras iniciativas culturais que utilizam marketing semelhante, como “Padaria Cultural” (em Belo Horizonte), o Açougue Cultural T-Bone é realmente um açougue, isto é, vende carne. Isso não o prejudica, talvez, na sua ação cultural na cidade, sendo até uma marca registrada que o caracteriza e o qualifica perante a opinião pública.

Mesmo não tendo bibliotecários e não tendo uma cultura de biblioteca anterior, o açougue conseguiu montar um projeto exitoso frente o ambicionado, embora possa ter muitas falhas facilmente perceptíveis do ponto de vista técnico. Por exemplo, não há nenhum estudo sistemático para saber as reais necessidades dos usuários dos ônibus. Os livros são escolhidos de maneira quase, dizemos quase, randômica. Para não “errar”, a seleção é genérica, seleciona-se “literatura” ou “revistas” e assim por diante. Talvez se descobrisse que os usuários dos ônibus tivessem interesse em um libreto com os horários dos ônibus, se houvesse mais critério.

3 A política do T-Bone

O que importa, para nossa pesquisa, é distinguir o(s) compromisso(s) éticos elencados inicialmente pelo T-Bone e verificar se foi atingida a meta e por quais meios.

O mote de todo o movimento para a execução da Parada Cultural foi a quantidade de livros que o dono do açougue tinha que não era usada. O pendor ético inicial era “fazer as pessoas lerem esses livros”

Para transformar essa idéia em prática, o T-Bone começou a mobilizar os atores políticos. Mobilizou pessoas relevantes, criou uma estrutura de recebimento de

doações, que por sua vez já estava inserida em uma estrutura de alocação de livros, orientou as iniciativas para determinada direção (livros nas paradas), conseguiu patrocínio (Petrobras), e assim por diante.

Uma vez o projeto posto na rua, vem a dificuldade. A capacidade de mobilização política do T-Bone encontra limitações sérias. Para um açougue, até que foi longe. Qual a solução? Buscar apoio de quem tem maior capacidade de mobilização política. Se houvesse uma sociedade civil mais organizada, seria nela própria. Mas, no caso, o Estado foi a saída.

4 As perspectivas de futuro

Além de precisar do Estado, ou mais que isso. O que está em jogo é a própria concretização das idéias. Na última pergunta da entrevista isso fica claro. É preciso unir a prática com a teoria. Lembremos. Não é tão simples. Toda teoria está comprometida com algo e toda prática envolve de alguma maneira o grupo social a que pertence. Por isso, não é só reunir a prática e a teoria, é ir da ética a política. A sintonia está boa. Estas deveriam ser mesmo as perspectivas de futuro, mas o foco talvez devesse ser outro. No mais, o futuro dirá.

Conclusão

A ética se caracteriza por ser um ato constituído no fazer humano que é inerente às causas primárias do pensamento e da ação. Enquanto tal mobiliza as energias das pessoas nos seus afazeres sempre em vista a um resultado pretendido, resultado esse localizado no plano simbólico. Com isso ela ressignifica constantemente o universo do indivíduo, fazendo da causa da consciência sua própria consequência, e mostrando para os seres humanos sua condição solitária diante de sua própria cultura.

Para transpor essa solidão, não há caminhos. Por isso, há todos os caminhos. Essa é a natureza da política. As regras são feitas de acordo com as condições histórico-materiais de cada quantum social. O que vale, para a política, em muitos casos, é a herança cultural. Mas pode ser a razão ou o carisma, como vimos. O que importa é perceber que, além dos modelos teóricos apresentados, o que vai realmente prevalecer politicamente é uma conjuração de fatores tão imprevisível que não há como não admitir a natureza factual da *práxis*.

Temos, então, na busca da realização de objetivos, um movimento entre um máximo de idealismo, que estaria mais próximo do exercício ético, e um máximo de pragmatismo, imerso já na atividade política. O idealismo é mais individual, enquanto o pragmatismo é mais coletivo. Não há modo certo. Há modo mais adequado, diante de tais e tais circunstâncias.

O presente trabalho pretende contribuir para elucidar quanto a qual o melhor caminho a tomar em cada caso. É apenas uma contribuição acadêmica que versa sobre dois conceitos caros do fazer cotidiano. Ainda assim, estamos longe de saber claramente como se dá essa *prática* a partir da *intenção*. Continuemos estudando.

Pesquisar sobre ética e política, no contexto atual da biblioteconomia, foi um desafio. Estamos em um momento em que todos os olhos estão voltados para a revolução técnica que estamos vivendo, diga-se internet e seus derivados. A literatura a respeito não está em evidência, no mínimo que se possa dizer, e há realmente pouca

discussão sobre o assunto, em comparação com a torrente de outros assuntos que vemos na graduação. Por isso, espero ter contribuído de forma relevante e conseqüente para a nossa Pesquisa e para estudos posteriores..

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução a partir do original de Immanuel Bekker, Berlim, 1831, de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1985, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2005
- COHN, Gabriel. *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1999
- DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976
- HEGEL. *Introdução à história da filosofia*. Coimbra: A Amado, 1948
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultura, 1999
- NOVAES, Adauto. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992
- ORTEGA Y GASSET, José. *Missão do bibliotecário*. Trad. e posfácio de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2006
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Política, quem manda, por que manda, como manda*. [s.l.]: [s.e.], [s.d.].
- SCHMITTER, Philippe C. *Reflexões sobre o conceito de política*. [s.l.]: [s.e.], [s.d.].
- WEBER. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2003